

OS NOVOS RUMOS DA SUSTENTABILIDADE NA CHINA

IMPACTOS E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

Sustentabilidade, tecnologia e inovação: elementos centrais para o futuro das relações Brasil-China

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

O Brasil deverá sentir duplamente a transição da China para uma economia de baixo carbono

Karin Costa Vazquez

O que a política climática da China significa para o agronegócio brasileiro?

Tatiana Prazeres

Transição energética: a liderança chinesa e suas implicações globais

Marianne Zanon Zotin

Sinergias para uma agropecuária resiliente e sustentável na perspectiva Brasil-China

Rodrigo C. A. Lima

Além da soja: a diversificação das exportações agrícolas brasileiras para a China

Tulio Cariello e Camila Amigo

Patrocínio:



CARTA BRASIL-CHINA

é uma publicação do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne reflexões acerca dos principais tópicos da agenda sino-brasileira, por meio de entrevistas, artigos e análises, cedidas por renomados estudiosos da área, empresários e membros dos governos brasileiro e chinês com experiência prática nas relações bilaterais.



CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会
cebc@cebc.org.br
+55 21 3212-4350
www.cebc.org.br

SOBRE O CEBC:

Fundado em 2004, o Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, uma no Brasil e outra na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas nos dois países.

O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países.

O CEBC foi, em 2015, reconhecido oficialmente, no Plano de Ação Conjunta assinado entre o Brasil e a China, como o principal interlocutor dos governos na promoção das relações empresariais entre os dois países. Em 2019, no âmbito da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), presidida pelos vice-presidentes do Brasil e da China, as partes reconheceram novamente o papel relevante desempenhado pelo Conselho como canal de comunicação com a comunidade empresarial.

PATROCINADOR OFICIAL
DESTA PUBLICAÇÃO:



O Banco Bradesco apresenta produtos e serviços para diferentes perfis de clientes e também atua com a proposta de suprir as demandas de empresas interessadas em estabelecer e estreitar relações comerciais nos mercados brasileiro e chinês. Para isso, o segmento Corporate mantém uma gestão de relacionamento centralizada, oferecendo soluções estruturadas – Tailor Made e de Mercado de Capitais – e gerentes especializados em visões de risco, mercado e setores econômicos. Os atendimentos são exclusivos para que as empresas recebam soluções customizadas de acordo com os negócios realizados. Ao mesmo tempo, as Agências e Subsidiárias no Exterior (Nova York, Londres, Grand Cayman, Luxemburgo, Hong Kong, Buenos Aires e México) têm como objetivo a obtenção de recursos no mercado internacional para repasses a clientes, principalmente por meio de financiamento a operações de comércio exterior brasileiro. Para mais informações acesse o site bradesco.com.br

PRESIDENTE

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves

PRESIDENTE EMÉRITO

Embaixador Sergio Amaral

VICE-PRESIDENTES

Grazielle Parenti (BRF)

José Leandro Borges (Bradesco)

Marcio Senne de Moraes (Vale)

DIRETORES

Flavio Deganutti (Klabin)

Gustavo Rabello (TozziniFreire Advogados)

Jaime Oliveira (Bayer)

Jayme Pinto Junior (Banco do Brasil)

José Serrador Neto (Embraer)

Lígia Dutra (CNA)

Luciana Nicola (Itaú Unibanco)

Pablo Machado (Suzano)

Pedro Aguiar de Freitas (Veirano Advogados)

Roberto Amadeu Milani (Comexport)

DIRETORA DE ECONOMIA

Fabiana D'Atri (Bradesco)

ASSOCIADOS

99 Tecnologia ▪ Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) ▪ Alubar ▪ Assistencial Consulting ▪ Banco BocomBBM ▪ Banco Bradesco ▪ Banco do Brasil ▪ Banco Itaú Unibanco ▪ Bayer ▪ BRF ▪ CNA ▪ Comexport ▪ CPFL Energia ▪ CropLife Brasil ▪ Embraer ▪ Fundação Dom Cabral (FDC) ▪ Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) ▪ Instituto Inclusartiz ▪ Klabin ▪ Marfrig ▪ Reynolds Ventures ▪ Souto Correa Advogados ▪ Suzano ▪ TozziniFreire Advogados ▪ Vale ▪ Veirano Advogados ▪ Velloza Advogados

COMITÊ CONSULTIVO

Embaixador Marcos Caramuru de Paiva

Embaixador Paulo Estivallet

Embaixador Sergio Amaral

Ivan Ramalho

Jorge Arbache

Luiz Fernando Furlan

Marcos Jank

Octávio de Barros

Renato Baumann

Tatiana Rosito

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretora Executiva

Cláudia Trevisan

claudia.trevisan@cebc.org.br

Diretor de Conteúdo e Pesquisa

Tulio Cariello

tulio.cariello@cebc.org.br

Analista de Eventos

Denise Dewing

denise.dewing@cebc.org.br

Administração

Jordana Gonçalves

jordana.goncalves@cebc.org.br

Auxiliar Administrativo

Juliana Alves

juliana.alves@cebc.org.br

Assistente de Pesquisa

Camila Amigo

camila.amigo@cebc.org.br

ACOMPANHE O CEBC ONLINE:



SITE



TWITTER



LINKEDIN



YOUTUBE

Sinergias para uma agropecuária resiliente e sustentável na perspectiva Brasil-China

Por **Rodrigo C. A. Lima** *

Brasil e China necessitam da adoção contínua de tecnologias, boas práticas e sistemas inovadores para promover uma agricultura resiliente. Para tanto, podem contribuir com o avanço das negociações sobre como integrar agricultura na agenda de mudanças climáticas como uma das soluções para o enfrentamento do aquecimento global

O relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World, 2021*, publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), aponta que aproximadamente 811 milhões de pessoas passaram fome extrema ao longo de 2020, enquanto 2,37 bilhões não tiveram acesso adequado ao mínimo de alimentos recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com o *World Population Prospects 2019*, das Nações Unidas, a população global atingirá 8,6 bilhões de pessoas em 2030, chegando a 9,7 bilhões em 2050. Mais da metade do crescimento populacional até 2050 deve se concentrar em apenas nove países: República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Tanzânia e Estados Unidos. A Índia

deve ultrapassar a população da China até 2027 e, juntas, somarão 2,98 bilhões de habitantes, 34% da população global.

A produção suficiente e o acesso a uma cesta de alimentos seguros, a cultura e a diversificação do consumo de comida, a redução drástica do desperdício e da perda de alimentos e o aprimoramento contínuo e amplo das práticas produtivas baseado em inovação e tecnologias são aspectos inerentes ao desafio da segurança alimentar e, concomitantemente, ao enfrentamento das mudanças do clima e do declínio da biodiversidade.

O ano de 2021 marca a realização de três grandes eventos globais que têm uma relação direta com o cenário apontado acima. A *Food System Summit* das Nações



“A produção estável de alimentos é ameaçada, ano a ano, pela incidência de eventos climáticos extremos que causam, além de danos materiais e perdas de vida, impactos na produção e nos preços dos alimentos.”

* Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, doutor em direito das relações econômicas internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem 17 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis.

Unidas, em setembro, a 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15), em outubro, e a 26ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP26), em novembro.

Esses encontros têm em comum o objetivo de encontrar soluções para problemas globais que ameaçam não apenas a diversidade biológica e a possibilidade de produzir alimentos para um mundo tremendamente populoso e complexo, mas a vida e o anseio de um mínimo de bem-estar social para todos os seres humanos.

OS DESAFIOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM UM CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A produção estável de alimentos é ameaçada, ano a ano, pela incidência de eventos climáticos extremos que causam, além de danos materiais e perdas de vida, impactos na produção e nos preços dos alimentos. Chuvas extremas, períodos secos, redução das janelas de plantio, aparecimento de novas pragas, degradação dos solos, redução da disponibilidade de água, falta de tecnologias e do conhecimento e assistência para adotá-las, falta de acesso a crédito e de capacidade para adotar melhorias de maneira contínua são problemas globais que afetam a produção de alimentos em um cenário de mudanças do clima.

A FAO estabelece uma visão comum e uma abordagem integrada sobre sustentabilidade na agricultura, silvicultura e pesca, baseada em cinco premissas: i) melhorar a eficiência no uso de recursos; ii) conservar, proteger e melhorar os recursos naturais; iii) proteger e melhorar os meios de subsistência rurais, equidade e bem-estar social; iv) aumentar a resiliência de pessoas, comunidades e ecossistemas; e v) estabelecer mecanismos de governança responsáveis e eficazes.

Esses cinco princípios embasam uma visão holística sobre os desafios intrínsecos aos sistemas agrícolas em todo o mundo. A eles, vale acrescentar os três princípios que a FAO determina diante da relação entre agropecuária e mudanças do clima: i) aumentar de forma sustentável a segurança alimentar, incrementando a produtividade agrícola e os rendimentos; ii) construir resiliência e adaptar-se às mudanças do clima; e iii) reduzir e/ou remover emissões de gases de efeito estufa (GEE), quando possível.

As discussões sobre agropecuária e suas interfaces com as mudanças do clima se aprofundaram nos últimos anos, especialmente com a criação do Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura no âmbito da Convenção do Clima. Espera-se adotar uma decisão na COP26, visando definir de que forma aprofundar a implementação das ações dos países no setor de agropecuária no âmbito do Acordo de Paris.

Algumas das conclusões alcançadas até o momento permitem enxergar de que forma os países entendem a conexão entre agropecuária e mudanças do clima:

- **A adaptação dos sistemas produtivos**, de acordo com as realidades e desafios de cada país, é essencial;
- **O acesso a tecnologias e inovação** de forma permanente é vital;
- **Prover capacitação e assistência técnica**, especialmente para produtores familiares e de pequena escala, é um desafio permanente;
- **Investir na capacidade de enfrentamento** dos riscos climáticos é uma necessidade;
- **A possibilidade de reduzir a intensidade** de emissões de GEEs deve ser aprimorada;

- **Aumentar a cooperação entre os países** e a nível regional é relevante;
- **Aumentar o conhecimento científico** sobre os impactos das mudanças do clima é essencial à capacidade de enfrentamento dos desafios;
- **Fomentar recursos de financiamento** climático para que os países implementem políticas e ações de adaptação e mitigação é fundamental.

OS ESFORÇOS DO BRASIL EM DIREÇÃO À AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Para o Brasil, a evolução da agropecuária está particularmente ligada a esses desafios. Em 2010, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), que reúne tecnologias que permitem reduzir a intensidade de emissões de GEE, como a recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF) e sistemas agroflorestais (SAFs), sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de dejetos animais.

De acordo com o MAPA, estima-se que, até 2018, essas tecnologias e práticas tenham alcançado 52 milhões de hectares, permitindo reduzir 170 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. A recuperação de pastagens, por exemplo, alcançou 26,8 milhões de hectares, o que tem vários impactos positivos, como o favorecimento de ganhos de produtividade na pecuária com redução de emissões de GEE, a captura de GEE nas pastagens, a melhoria da fertilidade do solo, além da redução da pressão por novas áreas – o que contribui para a queda e o controle do desmatamento.

Em abril de 2021, o MAPA anunciou a 2ª fase da política de sustentabilidade na agropecuária, o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2021-2030 (ABC+), que será baseado na adaptação de sistemas produtivos ao Código Florestal, com gestão integrada da paisagem e redução da intensidade de emissões. O ABC+ será a base para as ações do setor no âmbito do Acordo de Paris e espera-se que o Plano seja apresentado pelo Brasil na COP26, como enfoque nacional diante da relação entre agropecuária e mudanças do clima.



Um dos desafios dentro da nova fase do ABC+ será chegar aos agricultores familiares e de pequena escala, especialmente em função dos obstáculos de acesso a tecnologias e assistência técnica para implementar sistemas produtivos mais resilientes e eficientes.”

Um dos desafios dentro da nova fase do ABC+ será chegar aos agricultores familiares e de pequena escala, especialmente em função dos obstáculos de acesso a tecnologias e assistência técnica para implementar sistemas produtivos mais resilientes e eficientes, que tragam benefícios socioeconômicos e ambientais.

A definição e implementação de medidas de adaptação é outro fator essencial quando se trata de incentivar não apenas ganhos de produtividade, mas a possibilidade de transformar os sistemas produtivos e permitir que possam estar mais preparados diante dos impactos das mudanças do clima. Irrigação, plantios integrados, agricultura regenerativa, produção de orgânicos, adoção de polinização incentivada, conservação e recomposição de vegetação nativa e sistemas de monitoramento climático são ações que podem ser adotadas.

APRIMORAR OS SISTEMAS PRODUTIVOS PARA TRANSFORMAR OS SISTEMAS ALIMENTARES

As realidades e desafios de cada país e região, na prática, devem ensejar ações específicas de adaptação, o que pode orientar políticas públicas e investimentos a fim de aprimorar os sistemas produtivos e maximizar impactos positivos para a produção sustentável de alimentos, energias renováveis e fibras.

Esse cenário se conecta com os desafios de aprimorar os sistemas produtivos como base para transformar os sistemas alimentares, tema central do *Food System Summit*. Nesse sentido, fomentar o acesso e disseminação de tecnologias e assistência técnica que permitam adaptações e favoreçam o incremento da produção sustentável de alimentos seguros e diversos é um objetivo primordial para todos os países.

Além disso, a conexão entre agricultura e clima possui uma interação inata com a agenda de biodiversidade.

“

Como importantes países agrícolas, Brasil e China estão ligados de maneira natural ao enfrentamento dos desafios que integram a agenda de desenvolvimento sustentável da agropecuária.”

Produzir de maneira mais eficiente, reduzir impactos e promover o uso sustentável da biodiversidade são elementos fundamentais das negociações do Marco Global de Biodiversidade Pós 2020, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. O fomento de sistemas produtivos conservacionistas, que recuperem áreas degradadas, adotem boas práticas produtivas e conservem e recuperem a vegetação nativa, está igualmente no centro desse debate. Vale ainda mencionar o papel da agricultura no conhecimento, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, como insumos biológicos, com base nos recursos genéticos.

AS SINERGIAS ENTRE BRASIL E CHINA NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E NO APRIMORAMENTO DA CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

A COP15, que deverá ser realizada em Kunming, China, será de fundamental importância para aprovar um conjunto de metas e indicadores de biodiversidade e trazer o envolvimento do setor privado para a aplicação dos objetivos para conservação ambiental, uso sustentável e acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios.



“

Brasil e China necessitam da adoção contínua de tecnologias, boas práticas e sistemas inovadores para promover uma agricultura resiliente. Para tanto, podem contribuir com o avanço das negociações sobre a integração da agricultura à agenda de mudanças do clima como uma das soluções para o enfrentamento do aquecimento global.”

A agropecuária brasileira está diretamente envolvida nesses grandes temas globais, que por sua vez possuem uma relação direta com o comércio internacional e cooperação com países parceiros. Nesse sentido, diante das relações bilaterais entre Brasil e China e das contribuições que os dois países trazem para os sistemas alimentares, para o enfrentamento das mudanças do clima e para o aprimoramento da conservação e uso sustentável da biodiversidade, é possível elencar potenciais sinergias que merecem ser paulatinamente exploradas.

A primeira se relaciona à promoção da agropecuária de baixa intensidade de emissões para aprimorar os sistemas produtivos. Brasil e China necessitam da adoção contínua de tecnologias, boas práticas e sistemas inovadores para promover uma agricultura resiliente. Para tanto, podem contribuir com o avanço das negociações sobre a integração da agricultura à agenda de

mudanças do clima como uma das soluções para o enfrentamento do aquecimento global. Agregue-se a isso o potencial de cooperação na agenda de restauração florestal, tema essencial diante dos desafios climáticos e da biodiversidade.

A cooperação na agenda de transferência e comércio de tecnologias é outro campo no qual os países têm muito a avançar. Agropecuária de precisão, produção de energias renováveis no campo, adoção de tecnologias que permitem recuperar áreas degradadas e transformá-las em áreas produtivas, sistemas de monitoramento climático, dentre outras tecnologias, abrem um campo fabuloso para a cooperação bilateral. Nessa linha, a pesquisa com recursos da biodiversidade pode fomentar novos negócios relevantes para apoiar a agricultura resiliente.

A adoção de padrões de segurança dos alimentos é outro tema essencial na agenda sino-brasileira, o que exige, além de elevados padrões de sanidade e higiene na

produção de alimentos, a cooperação entre os parceiros comerciais.

Como importantes países agrícolas, Brasil e China estão ligados de maneira natural ao enfrentamento dos desafios que integram a agenda de desenvolvimento sustentável da agropecuária. Ao fazer um paralelo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é possível visualizar a agropecuária conectada a vários ODS.

Assumindo o ODS 2 como base (fome zero e agricultura sustentável), há uma relação direta com o ODS 1 (erradicação da pobreza), o ODS 3 (saúde e bem-estar), o ODS 7 (energia limpa e acessível), o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), o ODS 12 (consumo e produção sustentáveis), o ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), o ODS 15 (vida terrestre) e o ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

É possível visualizar uma interdependência entre vários ODS e os sistemas agrícolas, e não parece factível que, sem cooperação e aprimoramento contínuo, os países consigam avançar para efetivamente promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Brasil e China podem desempenhar papéis extremamente relevantes e desafiadores.